

Sumário

CAPÍTULO 1 – CONCEITOS ESSENCIAIS DE DIREITO PROCESSUAL

- 1.1. Jurisdição
- 1.2. Ação e tutela jurisdicional
- 1.3. Processo
- 1.4. Procedimento
- 1.5. Processo e sua classificação: retomada do conceito de tutela jurisdicional

CAPÍTULO 2 – CONCEITOS ESSENCIAIS DE DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

- 2.1. Premissas necessárias à identificação do direito processual tributário: o plano normativo
- 2.2. Premissas necessárias à identificação do Direito Processual Tributário: a relação de fundo (obrigação tributária)
- 2.3. Processo tributário exacional e processo tributário antiexacional
- 2.4. Processo tributário judicial e processo tributário administrativo
- 2.5. Relação entre as classes: processo exacional e processo antiexacional; processo judicial e processo administrativo
- 2.6. “Processo de positivação”
- 2.7. Variações relevantes no “processo de positivação”
- 2.8. “Processo de positivação” e definição dos tipos processuais tributários antiexacionais

CAPÍTULO 3 – AÇÕES ANTIEXACIONAIS PREVENTIVAS

- 3.1. Ações tributárias antiexacionais preventivas: um primeiro contato
- 3.2. Ações tributárias antiexacionais preventivas: aprofundando o conceito
- 3.3. Ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária (via preventiva geral) e mandado de segurança preventivo (via preventiva especial)
- 3.4. Eficácia do provimento declaratório negativo em matéria tributária
- 3.5. O provimento declaratório negativo e a suspensão da exigibilidade da obrigação tributária
- 3.6. O particular caso do depósito do montante integral do crédito tributário
- 3.7. Decadência nos casos de depósito realizado em ação preventiva
- 3.8. Improcedência da demanda preventiva: a aparente ambivalência da sentença
- 3.9. O problema da sentença de procedência não passada em julgado
- 3.10. O Parecer PGFN 492/2011

CAPÍTULO 4 – AÇÕES ANTIEXACIONAIS REPRESSIVAS

- 4.1. Definição
- 4.2. Ação anulatória e “autolancamento”
- 4.3. Ação anulatória e suspensão da exigibilidade da obrigação tributária

CAPÍTULO 5 – MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

- 5.1. Mandado de segurança como ação antiexacional
- 5.2. Mandado de segurança preventivo *versus* mandado de segurança repressivo em matéria tributária
- 5.3. Autoridade pública em nível de mandado de segurança tributário
- 5.4. Direito líquido e certo
- 5.5. Mandado de segurança preventivo
- 5.6. Mandado de segurança repressivo
- 5.7. A medida liminar no mandado de segurança
- 5.8. Mandamentabilidade

CAPÍTULO 6 – AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO

- 6.1. Pagamento indevido: “fato gerador” da relação de débito do Fisco
- 6.2. Constituição da relação de débito do Fisco e repetição do indébito
- 6.3. Extinção da relação de débito do Fisco e repetição do indébito
- 6.4. Efeitos da sentença da repetição do indébito no ciclo de posituação do tributário
- 6.5. Fenomenologia da repetição do indébito
- 6.6. Repetição do indébito e execução contra a Fazenda Pública em matéria tributária
- 6.7. Repetição do indébito e compensação tributária

CAPÍTULO 7 – CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTO

- 7.1. A consignação em pagamento como processo que confirma a regra (lógica) quem é obrigado, está permitido
- 7.2. Consignação em pagamento em matéria tributária: a particular situação da consignação fundada em dúvida quanto à titularidade do crédito tributário
- 7.3. O depósito na consignação em pagamento como forma de suspensão da exigibilidade da obrigação tributária
- 7.4. Eficácia da sentença que julga a consignação em pagamento de tributo

CAPÍTULO 8 – EXECUÇÃO FISCAL

- 8.1. Posição sistêmica
- 8.2. Definição
 - 8.2.1. O sujeito ativo

- 8.2.2. O objeto
- 8.2.3. Conjugando os dois elementos
- 8.2.4. O (indiferente) sujeito passivo
- 8.3. Os sujeitos no processo de execução fiscal: aprofundando os conceitos
 - 8.3.1. Introdução: o processo e suas dimensões, objetiva e subjetiva
 - 8.3.2. O conceito de parte e seu canal de definição: a petição inicial
 - 8.3.3. O conceito de parte legítima (legitimidade *ad causam*)
 - 8.3.4. O conceito de parte e de parte legítima no âmbito executivo fiscal
 - 8.3.5. O sujeito ativo – exequente
 - 8.3.5.1. Casos especiais: Dívida Ativa do INCRA
 - 8.3.5.2. Casos especiais: contribuição ao FGTS
 - 8.3.5.3. Casos especiais: contribuição relativa ao INSS e ao FNDE após a implementação da “Receita Federal do Brasil”
 - 8.3.6. O sujeito passivo – executado
- 8.4. Executivo fiscal e seu objeto
- 8.5. Certidão de Dívida Ativa: competência para sua produção
- 8.6. Os créditos alcançados pela expressão *Dívida Ativa*
- 8.7. A Certidão de Dívida Ativa no âmbito tributário
- 8.8. A Certidão de Dívida Ativa como título executivo
- 8.9. As prerrogativas outorgadas ao crédito submetido à execução fiscal
 - 8.9.1. O art. 2º, § 8º, da Lei nº 6.830/1980
 - 8.9.2. O art. 26 da Lei nº 6.830/1980
- 8.10. Procedimento
 - 8.10.1. A organização fundamental do rito executivo fiscal
 - 8.10.2. As duas fases fundamentais do procedimento executivo fiscal – preparatória da expropriação e propriamente expropriatória: distinção
 - 8.10.3. Primeira fase: a preparação da expropriação
 - 8.10.4. Segunda fase: a expropriação propriamente dita
 - 8.10.4.1. Garantia sob a forma de depósito
 - 8.10.4.2. Garantia sob a forma de fiança
 - 8.10.4.3. Garantia sob a forma de penhora
 - 8.10.5. Os embargos e seu impacto no ciclo procedimental executivo
 - 8.10.5.1. Os embargos vistos como um elemento intercalar às fases preparatória e expropriatória
 - 8.10.5.2. O problema da aplicação (ou não) das diretrizes procedimentais estabelecidas pela Lei nº 11.382/2006

8.10.5.3. Efeito suspensivo nos embargos à execução: compatibilidade das condições legalmente impostas com o regime jurídico geral da cautelabilidade

8.10.5.4. Aplicabilidade do novo regime às execuções fiscais

8.11. Atos de constrição no plano das execuções fiscais

8.12. Penhora: ordem de incidência e formas “especiais”

8.12.1. Ordem de incidência

8.12.2. Formas “especiais” de penhora

8.12.2.1. Penhora *on-line*

8.12.2.2. Penhora de crédito decorrente de precatório judicial

8.12.2.3. Penhora de faturamento

CAPÍTULO 9 – EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL E EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE: A DEFESA NO PLANO EXECUTIVO FISCAL

9.1. Introdução

9.2. Embargos à execução

9.2.1. Natureza jurídica

9.2.2. Conteúdo

9.2.3. Efeitos do ajuizamento

9.2.4. Honorários

9.3. Exceção de pré-executividade

9.3.1. Definição e campo de alcance

9.3.2. Exceção de pré-executividade *versus* embargos

9.3.3. Julgamento e recorribilidade

CAPÍTULO 10 – MEDIDA CAUTELAR FISCAL

10.1. Definição e requisitos

10.2. Indisponibilização do patrimônio de terceiro (corresponsabilidade tributária em cautelar fiscal)

10.3. Competência (e subordinação)

10.4. Cautelar fiscal preparatória

10.5. Procedimento

10.6. Eficácia da medida cautelar fiscal no tempo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS